

Tania Elisabet da Cunha,

Diretora.



Documento assinado eletronicamente por **Tania Elisabet da Cunha, Diretor(a) de Departamento**, em 18/11/2025, às 12:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ícaro Carvalho de Bem Osório, Desembargador**, em 17/11/2025, às 19:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

## CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

### PROVIMENTO Nº 77/2025-CGJ

EXPEDIENTE Nº 8.2025.0010/003381-6

ÁREA NOTARIAL E REGISTRAL

AGENDA 2030: ODS 16.6 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis

*Estabelece fluxo para as Direções dos Foros analisarem os pedidos de suspensão de atendimento ao público, pelas Serventias Extrajudiciais, nos dias 26 de dezembro de 2025 e 02 de janeiro de 2026, incluindo dispositivo na CNNR para regulamentar a hipótese de pontes para feriados nos próximos anos.*

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA DESEMBARGADORA **FABIANNE BRETON BAISCH**, CORREGEDORA-GERAL DA JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES,

**CONSIDERANDO** a necessidade de ser estabelecido fluxo para análises dos pedidos de suspensão de atendimento ao público nos próximos feriados de Natal e Ano Novo;

**CONSIDERANDO** a competência da Corregedoria-Geral da Justiça de adotar medidas que atendam aos interesses individuais e coletivos da população;

**CONSIDERANDO** que os serviços notariais e registrais não se enquadram no conceito de serviços auxiliares do Tribunal de Justiça, regulamentados pela Lei Estadual nº 11.291/98; e

**CONSIDERANDO** a necessidade da prestação dos serviços extrajudiciais de modo eficiente e adequado,

#### PROVÊ:

**Art. 1º** - Os pedidos das Serventias Extrajudiciais que visem ao fechamento ou suspensão de atendimento ao público nos dias 26 de dezembro de 2025 e 02 de janeiro de 2026, ou em apenas um destes dias, serão analisados pelas respectivas Direções de Foros a que pertencerem, nos termos do artigo 5º da CNNR, consideradas as peculiaridades locais.

**Art. 2º** - Em caso de deferimento dos pedidos, deverão constar na portaria o plantão ininterrupto do RCPN e a suspensão dos prazos das serventias, conforme o caso.

**Art. 3º** - Excepcionalmente para os casos deste provimento, ficarão as Direções de Foros **dispensadas** do envio das portarias a esta Corregedoria-Geral para análise e aprovação, desde que contenham as ressalvas do artigo anterior.

**Art. 4º** - Fica incluído o inciso IV no parágrafo 6º do artigo 5º da Consolidação Normativa Notarial e Registral, com a seguinte redação:

§ 6º – O expediente dos serviços notariais e de registro será suspenso nas seguintes hipóteses, ressalvado o plantão obrigatório do Registro Civil das Pessoas Naturais:

I – nas datas comemorativas de feriados nacionais, estaduais ou municipais, civis ou religiosos, assim declarados em lei;

II – na segunda-feira e na terça-feira da semana do carnaval, iniciando-se às 12h o expediente da quarta-feira de cinzas, sem intervalo;

III – nos dias 24 e 31 de dezembro.

• Lei nº 8.935/94, art. 4º

IV - quando os dias 23, 26, 30 de dezembro e 02 de janeiro coincidirem com datas suscetíveis à formação de feriados prolongados, caberá à Direção do Foro a que pertencer a serventia extrajudicial a análise de eventual pedido de suspensão do atendimento ao público, observadas as peculiaridades locais, o qual deverá ser protocolado no máximo até o 5º dia útil do mês de dezembro. Caso deferido o pedido, deverá ser dada ampla divulgação aos usuários, bem como constar na portaria o plantão ininterrupto do RCPN e a suspensão dos prazos das serventias, conforme o caso, ficando excepcionalmente dispensado o envio da portaria à Corregedoria-Geral da Justiça para aprovação.

**Art. 5º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE.**

**CUMPRA-SE.**